



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ACTA N.º 06/2011

----- Acta da reunião ordinária realizada aos vinte três dias do mês de Março do ano de dois mil e onze. -----

----- Aos vinte três dias do mês de Março de dois mil e onze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, iniciando-se a reunião sob a Presidência do Senhor Presidente, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

- 1. Aprovação da acta da reunião anterior.**
- 2. Intervenção do público.**
- 3. Período Antes da Ordem do Dia.**
- 4. Ordem do Dia**
  - 4.1. Conhecimento do fax, datado de 10 de Março de 2011, remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente às transferências das autarquias para o Serviço Nacional de Saúde.**
  - 4.2. Informação sobre as implicações do Orçamento de Estado 2011, nas remunerações dos Eleitos Locais – artigo 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.**
  - 4.3. Deliberação sobre propostas de abertura de procedimentos concursais comuns, para ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, para o ano de 2011 e não ocupados.**
  - 4.4. Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de licenciamento de publicidade, formulado pelo Clube de Caça e Pesca de Manteigas.**
  - 4.5. Deliberação sobre o pedido de apoio para o desenvolvimento de uma visita de estudo, formulado pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas – 160258.**
  - 4.6. Deliberação sobre o pedido de apoio, solicitado pelo Clube de Voo Livre Vertical, para a organização do Open Nórdico de 2011.**
  - 4.7. Ratificação dos actos praticados constantes na informação nº 24/2011/APROV, datada de 16/03/2011, referente aquisição de serviços – requisições.**
- 5. Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### **Aprovação da acta da reunião anterior.** -----

-----Achada conforme, a acta da reunião anterior foi aprovada e assinada, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído.-----

### **Intervenção do público.**-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Manuel Tavares Saraiva, Munícipe que demandou intervenção.-----

-----O Senhor Manuel Tavares Saraiva solicitou que o informassem sobre o processo de obras da casa da sua irmã e sobre a razão de o Presidente da Câmara, no mandato anterior, ter aprovado o projecto. Salientou que a cozinha só pode ser construída no local indicado pela irmã. Frisou que no decorrer das obras ele não pôde, por razões particulares, deslocar-se à casa da irmã, pelo que desconhecia o que estava a acontecer. Aditou que a Câmara Municipal não fiscalizou a obra, na rua Sá da Bandeira, e que deveria tê-lo alertado para o que estava a ocorrer.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que esta era uma questão que o Senhor Manuel Tavares Saraiva vinha colocando à Câmara, havia já bastante tempo, todavia, ele, Presidente da Câmara não tem mais informação a prestar do que o que já foi esclarecido.-----

De seguida, fez uma síntese da situação: na sequência da aprovação da alteração de uma habitação contígua à casa da irmã do Munícipe, terão tapado uma janela da casa com a construção/alteração. Durante as obras, o Munícipe não se terá apercebido do que estava a suceder e, mais tarde, quando isso aconteceu, apresentou reclamação. Já foi explicado ao mesmo que no projecto apresentado na Câmara, não se fazia referência a nenhuma janela e que foi aprovada a alteração em função do projecto que o arquitecto entregou.-----

Prosseguiu explicando que, no mandato actual, o arquitecto já foi notificado no sentido de explicar a alteração, visto que apresentou um documento à Câmara que não corresponde à realidade que existia no local. O projectista já respondeu e informou que não existia nenhuma janela. Nesse momento, comunicou-se à Ordem dos Arquitectos o que sucedeu. No que diz respeito aos danos causados, é um assunto que, infelizmente, a Câmara não pode tratar tendo em conta que é uma questão de direito privado. Sabe que a irmã do Munícipe pretende fazer obras, tanto que, o Senhor Vereador já se deslocou com um técnico da Câmara Municipal ao local, a fim de averiguarem o que é necessário fazer. Já foi transmitido, inclusivamente, como a Munícipe terá de proceder se quiser fazer alterações.-----

De seguida, informou que por questões de ordem particular, não lhe é possível estar presente na reunião de Câmara do dia treze de Abril, pelo que solicitou que, se fosse possível, a reunião fosse adiada para o dia quinze de Abril, à mesma hora, visto que vai ser discutida a Conta de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Gerência e faz questão de estar presente, ao que os Senhores Vereadores anuíram por unanimidade. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou explicações sobre a intervenção do Município, Senhor Manuel Tavares Saraiva, cuja manifestação teve modos incorrectos. Desconhece o que o Município quis exprimir, bem como o que se passou. -----

-----O Senhor Presidente clarificou que o Município apresentou uma reclamação tendo em conta que taparam uma janela da casa da sua irmã, com a construção/alteração de um edifício contíguo. Foram apresentadas, pelo mesmo, fotografias que provam a existência de uma janela, porém, o arquitecto que entregou o projecto para apreciação/aprovação na Câmara, não referenciou nenhuma janela na casa do vizinho. Prosseguiu dizendo que à Câmara compete fiscalizar, todavia os processos são acompanhados por termos de responsabilidade que responsabilizam os técnicos que os elaboram. Acontece que, tal como já tinha dito, a Câmara foi ludibriada com um levantamento que não retratava exactamente o que existia no local. Perante a situação e depois de consultado o técnico, foi feita uma participação à Ordem dos Arquitectos. No entanto, o Município pensa que na altura, deveria ter havido mais atenção por parte de quem aprovou o projecto. Pese embora a Câmara tenha obrigação de fiscalizar, também tem de confiar, de certo modo, nos documentos que são presentes e nos termos de responsabilidade. A situação não deveria ter acontecido, todavia não é completamente evitável a Câmara ser ludibriada como foi. -----

Continuou dizendo que se tratava de um processo de dois mil e oito e que, neste momento, a casa já está construída, já sofreu uma alteração e já foi vendida, existindo outro proprietário. ----

Há danos que foram causados à irmã do Município, porém esta questão tem de ser resolvida em tribunal, tendo em conta que se trata do direito de propriedade e servidão de vistas. -----

De seguida, perguntou aos Senhores Vereadores se desejavam conhecer o processo mais pormenorizadamente, ao que eles responderam afirmativamente. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia verificou que o Município tentou ser ofensivo relativamente aos actuais Vereadores que, no mandato anterior, assumiam a Presidência e a Vice-Presidência da Câmara Municipal de Manteigas e ele desconhecia o que se estava a passar. -----

Concorda que a Câmara, de acordo com os documentos existentes no processo, como disse o Senhor Presidente, foi ludibriada e deve exigir ao autor do projecto alguma responsabilidade relativamente a esta situação, visto que, se o Município demandar a Câmara, esta tem de responder e depois verter sobre terceiros o ónus da circunstância. -----

-----O Senhor Presidente referiu que já se aconselhou juridicamente sobre o assunto. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou se, enquanto decorreram as obras, ou logo que as obras foram executadas, houve da parte do Município alguma comunicação à Câmara.-----

-----O Senhor Presidente informou que não houve, da parte do Município, uma comunicação sobre o que estava a suceder.-----

De seguida, solicitou à Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral que diligenciasse no sentido do processo ser presente na próxima reunião de Câmara.-----

### **Período Antes da Ordem do Dia.**-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia constatou que o muro da E.N. 232, ao Km. 69,1, já foi reparado, desaparecendo o risco de alguém lá cair, todavia considera que esteticamente deveria ter havido algum cuidado, revestindo-o, pelo menos, a xisto.-----

No que diz respeito às valetas, ao Km. 70,4, estas foram limpas, mas as que estavam partidas, continuam partidas.-----

De seguida, indagou sobre se o Senhor Presidente já tinha alguma informação sobre o IRS do ano 2010 nas Finanças, se foi comunicado, ou não até ao final do ano como consta da Lei nº 2/2007, de quinze de Janeiro.-----

-----O Senhor Presidente informou que no que diz respeito às valetas, o trabalho ainda não está finalizado, tendo em conta que ainda andam a limpar a E.N. 232.-----

O IRS não foi comunicado, tendo sido feita a sua comunicação posteriormente, já depois da reunião de Câmara de vinte três de Março de dois mil e onze. Aditou que vai ter uma reunião com o Senhor Director das Finanças, na Guarda, sobre o assunto, e ressaltou que existe uma deliberação tomada pelo Executivo anterior, que não foi revogada, no sentido de entregar o IRS aos municípios. O que aconteceu é que não foi comunicado às Finanças.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso frisou que pensa que a comunicação é anual e indagou se seria competência da Câmara ou da Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Presidente clarificou que a comunicação é anual, todavia a deliberação não tem de ser anual e enquanto não fôr revogada, mantém-se. Salientou que pediu à Contabilidade que fizesse uma listagem de todos os actos anuais, para que situações análogas não voltem a acontecer. Prosseguiu dizendo que o assunto na altura foi aprovado pela Câmara e foi à Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou sobre o resultado da reunião que o Senhor Presidente teve com a Direcção de Estradas, no que se refere às ligações ao Concelho.-----

-----O Senhor Presidente transmitiu que na reunião estiveram presentes as entidades envolvidas no processo aquando do acordo para o encerramento da E.R. 338 para ligeiros e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pesados, designadamente um representante do Senhor Governador Civil, a Autoridade Florestal Nacional, o Parque Natural da Serra da Estrela, tendo sido depois, retirada a restrição a ligeiros, ficando restrita, apenas, a pesados. Nessa reunião, foi reconhecido por todas as entidades presentes que na encosta existe uma vegetação espontânea de herbáceas que já enraizou o terreno e reteve algumas pedras soltas. Por outro lado, a Estradas de Portugal reconhece que as barreiras dinâmicas estão a funcionar com alguma eficiência, havendo até um local onde se percebe que, na sequência de um desprendimento, as pedras foram sustidas. -----  
Prosseguiu dizendo que foram questionadas as linhas de água, ocorrendo o que se chama “os caudais sólidos” em que, em determinadas linhas de água, por acção da chuva, há inertes que se deslocam e que por vezes caem na estrada. Nesse nível, com a participação dos sapadores que têm uma presença bastante assídua no terreno, têm sido também limpas e mantidas algumas linhas de água, pelo que se chegou à conclusão de que havia condições para reduzir as restrições de trânsito na estrada.-----  
Foi comunicado, nesse dia, pela representante da Estradas de Portugal que iria dar conhecimento superior em relação ao que tinha ocorrido na reunião, a fim de que a Direcção de Estradas tomasse uma atitude no que diz respeito à sinalética. -----  
Subsequentemente, houve nova reunião no Governo Civil da Guarda, onde estiveram presentes a brigada da GNR de montanha, e o comandante do posto da Guarda, em que eles referiram que haveria uma presença mais efectiva da GNR na estrada, para que em dias de maior fluxo de trânsito ajudem a que a circulação se faça com mais comodidade, uma vez que se iria retirar a sinalética da restrição ao trânsito de pesados. Todavia, quando estive no Governo Civil, apercebeu-se da existência de um ofício enviado pela Senhora Engenheira Rosa, da Estradas de Portugal, que não correspondia ao que se tinha passado na reunião anterior, pelo que se chegou à conclusão que a Estradas de Portugal está relutante em assumir a retirada das restrições ao trânsito de pesados, não por causa das derrocadas tendo em conta que já se concluiu que são mínimas. Na reunião, argumentou no sentido de se retirarem as restrições e de se sinalizar a estrada com outro tipo de sinalética, para prevenir as pessoas de que estão numa estrada com algumas complicações. Pensa que alguém da Estradas de Portugal não quer assumir a responsabilidade de mandar retirar os sinais restritivos.-----  
Prosseguiu dizendo que se manifestou duramente na reunião e já falou diversas vezes com o Senhor Secretário de Estado sobre este assunto, no sentido de lhe fazer sentir que a Estradas de Portugal não pode encerrar o Concelho. -----  
No que se refere à questão do projecto que deveria estar a concurso até Dezembro de dois mil e dez, o mesmo não foi lançado por dificuldades financeiras, todavia irá ser lançado. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aditou que aguarda por uma conversa que o Senhor Governador Civil da Guarda irá ter com o Senhor Secretário de Estado, sobre esta matéria que, espera, produza algum resultado prático e que a sinalética restritiva à circulação de pesados seja, de uma vez por todas, retirada. -----

Espera que haja uma maior presença e vigilância por parte da GNR naquela estrada, colocação de alguma sinalética que limite a velocidade e, informativa no sentido de que se trata de uma estrada de montanha, com alguns perigos, a percorrer com muita cautela. -----

Prosseguiu dizendo que também foi discutida a questão do encerramento da estrada Piornos/Manteigas, sempre que encerra o troço Piornos/Torre, situação que já se encontra resolvida, tendo em conta que foi, definitivamente, entendido que são estradas que se situam a altitudes diferentes, assim como são diferentes as condições climatéricas a que estão sujeitas. ---

Solicitou, igualmente, que a GNR fizesse chegar à Câmara Municipal, uma informação acerca do número de acidentes que têm ocorrido na estrada, desde dois mil e cinco e, não há nenhum registo assinalado, o que prova que não existe assim tanto perigo. -----

Opinou que se protegem determinados fluxos turísticos da Serra da Estrela, em detrimento do Concelho de Manteigas. Sobre esta ideia expôs que, em tempos, teve conhecimento de que uma brigada da GNR, que não era a GNR de Montanha, nem a GNR de Manteigas, estava no cruzamento dos Piornos a desviar o trânsito de ligeiros para a Covilhã. Nesse momento, em defesa do Concelho, participou o que estava a suceder ao Senhor Comandante da GNR da Guarda que, depois de algumas diligências, lhe transmitiu que não tinha conseguido apurar quem tinham sido os agentes que, sem qualquer motivo aparente, estavam a deslocar o trânsito. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que o Senhor Presidente foi interpelado, na Assembleia Municipal, sobre o melhoramento dos apoios ao campismo do Covão d'Ametade e que terá respondido que se interessou pelo assunto, todavia foi informado que aquele território tinha proprietário. No entanto, o Covão da Ponte "não tem dono", é da comunidade Manteiguense e, na qualidade de representante dos compartes de Santa Maria está disponível para verificar, com a Câmara Municipal, as melhorias que podem ser feitas. É um espaço onde os percursos pedestres podem vir a ter utilização, não só na época estival, mas durante todo o ano. -----

-----O Senhor Presidente salientou que, no início do mandato, preocupou-se em deslocar-se ao Covão da Ponte e ao Covão d'Ametade, com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, consciente de que são espaços geridos pelas Comissões de Compartes e pelos Conselhos Directivos dos Baldios. Quando pensou intervir no Covão d'Ametade, percebeu que o espaço tem um organismo que o gere e que quer lá intervir, a Comissão de Compartes. Esta solicitou à Câmara que interviesse, somente, no sentido de se fazer um portão, e de se reforçarem as janelas do edifício existente no local. A Câmara participou que era necessária uma intervenção



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

minimalista, uma regularização do terreno e contenção das margens do rio, ou seja, no caso do Covão d’Ametade, criar condições propícias para os campistas, e também a colocação de um sistema de produção de energia. A intenção da Câmara Municipal foi sempre a de auxiliar a qualificação daquele espaço. Todavia, é preciso que os proprietários, ou pelo menos quem gere o espaço, também tenha uma atitude análoga à do Senhor Vereador José Manuel Cardoso. ----- De seguida, referiu que no caso do Covão da Ponte existia uma adjudicação para exploração do espaço à empresa “Sabores Altaneiros”. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso clarificou que essa adjudicação caducou no final de Setembro de dois mil e dez. -----

Prosseguiu dizendo que o espaço em si não tem viabilidade económica, porém, há sempre interesse em que alguém o vá mantendo, a fim de que não se degrade. O Covão da Ponte está em melhor estado de conservação do que Covão d’Ametade e havia até um projecto para fazer um ponto de água, por causa dos incêndios. -----

Rematou dizendo que o Concelho Directivo de Santa Maria, não tem as receitas do Concelho Directivo de São Pedro, pelo que enquanto que São Pedro não carece da intervenção da Câmara Municipal, Santa Maria necessita. -----

----- O Senhor Presidente aditou que não são questões novas e exemplificou dizendo que no que refere à questão da Fonte Paulo Luís Martins, o Concelho Directivo dos Baldios de São Pedro quer receber a água da Águas do Zêzere e Côa, quando ela vier a ser paga, porque acham que é da Comissão de Baldios. A água foi concessionada pelo Estado à Câmara e não foi concessionada aos baldios. Do seu ponto de vista, são pretensões desenquadráveis no que diz respeito ao desenvolvimento do Concelho. -----

Em relação ao Covão da Ponte, referiu que se podem recuperar alguns projectos que existem na Câmara e conversar com a Comissão dos Baldios, com o Conselho Directivo a fim de se desenvolver uma intervenção conjunta. -----

De seguida, perguntou aos Senhores Vereadores se houve algum compromisso do anterior Executivo ao cederem o espaço ao Grupo *Motard* “Montes Hermínios”, no antigo edifício da GNR. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu que os únicos espaços que foram cedidos foi o do Grupo *Motard*, no antigo edifício da GNR e outro na escola da Senhora dos Verdes, para o Grupo “Os Narcisos”, a título precário e provisório. Portanto, sem pagamento de renda e sem garantias de permanência. -----

----- O Senhor Presidente exibiu um cartaz publicitário de eventos que irão decorrer no espaço cedido ao Grupo *Motard* e organizados por estes. De seguida, leu o que mencionava o cartaz e referiu que a Câmara não pode permitir que aconteça, porque se o espaço foi cedido com o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

intuito de se criarem e desenvolverem acções culturais, naturalmente que se teria de pensar em remodelar as instalações, visto que uma casa da cultura não é um espaço qualquer.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso reforçou dizendo que em ambos os casos, existe um ofício a dizer que se autoriza a utilização dos espaços a título precário e provisório. É evidente que a utilização era como sede. Não está licenciado para outras matérias.-

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que a imaginação criadora é óptima, todavia é preciso que haja condições mínimas para o que se pretende executar. -----

Em Manteigas, reconhece-se a necessidade de espaços para esse tipo de eventos e a Câmara Municipal está a tratar disso, como transparece do Plano de Actividades. -----

Entende que, se as pessoas quiserem dar a sua participação em termos de ideias novas à Câmara, elas são bem vindas, todavia terão de ser levados à prática em lugares qualificados, isto é, adequados. Não se devem criar circunstâncias de risco ou desenvolver acções de maneira ilegítima. O antigo edifício da GNR não tem acessibilidades nem as condições de segurança adequadas para acontecimentos com visita e presença de muito público.-----

Não quer cercear a capacidade imaginativa e criativa das pessoas, antes pelo contrário, mas com condições e segurança. Ora, da forma como estão a suceder, sem o mínimo de condições, ao que parece, não aprova, pelo que manifestou o seu acordo com a posição do Senhor Presidente. -----

### **Ordem do Dia-----**

**Conhecimento do fax, datado de dez de Março de dois mil e onze, remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente às transferências das autarquias para o Serviço Nacional de Saúde.-----**

-----O Senhor Presidente deu conhecimento do fax, datado de dez de Março de dois mil e onze, remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente às transferências das autarquias para o Serviço Nacional de Saúde. -----

Aditou que a Câmara Municipal tinha deliberado solicitar à ANMP, que ela própria representasse as Câmaras Municipais e interpusse um recurso em relação a esta questão, porém esta informa que não é o papel dela. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia manifestou o seu desacordo com o que o Governo está a tentar fazer, ou já fez. -----

Parece-lhe pouco consentâneo e razoável que seja a Câmara Municipal de Manteigas a interpor um recurso sozinha, pelo que seria mais consentâneo que fosse a Associação de Municípios da Cova da Beira a fazer a defesa ou a “contestação” de todos os municípios. Pensa que é perfeitamente obsceno que o Estado tente licitar uma situação a partir de elementos que são





## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

controversos. No caso concreto da Câmara, as despesas, e a época consideradas para ser feita a retenção, foram excepcionais, em número de casos e custos.-----

### **Informação sobre as implicações do Orçamento de Estado 2011, nas remunerações dos Eleitos Locais – artigo 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.**-----

----- Foi presente a informação nº 15/2011/RH, datada de dezassete de Março de dois mil e onze, sobre as implicações do Orçamento de Estado 2011, nas remunerações dos Eleitos Locais – artigo 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que se trata apenas de uma informação e não é nenhum processo de fiscalização dos rendimentos dos Senhores Vereadores. Esclareceu que os dados serão tratados em termos de pagamento das senhas de presença e solicitou aos Senhores Vereadores que se manifestem quanto ao procedimento a seguir.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso questionou sobre se as senhas de presença são, ou não, indexadas ao vencimento do Presidente da República, porque se já existe essa indexação, se já houve redução do vencimento do Presidente da República e depois do Primeiro-Ministro e do Presidente da Câmara e sai essa indexação, não vê qualquer justificação para tal, visto que já se verificou essa redução. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que aos autarcas e aos eleitos locais há três formas de prestação: em regime de exclusividade, a tempo parcial e há os que teoricamente não estão a tempo nenhum. Prosseguiu dizendo que, paralelamente, o autarca pode pertencer a uma empresa municipal, não sendo remunerado, mas tem direito a senhas de presença. Significará que é a essas que a lei se está a referir. Pensa que seria uma insensatez, em absoluto, estar a interferir desta maneira relativamente a indivíduos, os vereadores que não têm pelouros, que só assistem às reuniões de quinze em quinze dias e que têm uma senha de representação, sempre indexada ao Presidente da Câmara, pelo que entende que é uma situação diferente de outras. Não acredita que se estejam a referir a estas senhas de presença. - Sugeriu que, se existem dúvidas, estas devem ser colocadas às entidades que as podem esclarecer. -----

----- O Senhor Presidente referiu que a questão poderá ser colocada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Centro e à Direcção Geral de Administração Local.-----

Sobre o assunto, ainda indagou junto da Técnica dos Recursos Humanos se seria obrigatório que os Senhores Vereadores reportem ao Serviço de Recursos Humanos, por escrito, as suas remunerações ilíquidas, ao que ela respondeu afirmativamente. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que não é bem assim. Pensa que se está a fugir ao conceito de remuneração, com estas senhas. É de opinião que a lei



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reporta a senhas que estejam agregadas à remuneração e não às dos Vereadores em permanência. Estas senhas dos Vereadores não estão agregadas a nenhuma remuneração, são um pagamento autónomo independentemente de qualquer remuneração. Portanto, na sua opinião, não têm nada a ver com as senhas de presença que estão referidas nesta lei.-----

Entende que integrar o que está mencionado no número quatro, do artigo dezanove, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro nas senhas dos Vereadores é insensato. -----

Considera, assim, que é indevida a conclusão da informação. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso acrescentou que esta medida só é aplicável a quem recebe mais de mil e quinhentos euros e os Vereadores não recebem senha de presença de mais de mil e quinhentos euros por mês.-----

Prosseguiu dizendo que não apresentará rendimentos. De seguida, referiu-se aos membros da Assembleia, pelo facto de todos terem que apresentar os rendimentos. -----

-----O Senhor Presidente acrescentou que no entendimento da técnica, é o somatório de todos os recebimentos e quando há substituições na Assembleia Municipal, quem vem substituir tem que declarar o que ganha, a fim de se perceber quanto é que se vai pagar. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia pensa que se um indivíduo está em exercício pleno de funções e se tem senhas, têm que serem consideradas. Exemplificou dizendo que se o Vereador ou o Presidente da Câmara vão a uma reunião, a uma empresa municipal, eles têm senhas de presença que, nessa altura, devem entrar para o vencimento. Neste caso concreto, em que alguém se desloca casualmente a uma reunião, é de opinião de que as senhas de presença consideradas como remuneração do agregado, de todas as prestações pecuniárias, não colhe de maneira nenhuma no artigo dezanove, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. ---

Rematou sugerindo que se consultasse, igualmente, a Associação Nacional de Municípios Portuguesas sobre o assunto e lembrou os presentes que as Juntas de Freguesia também devem ser consideradas e chamou a atenção para a volumetria documental que este procedimento originaria. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considera que, se o procedimento é conforme o descrito na informação, significa que, o que se desconta é menor do que aquilo que tem de se despende. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, colocar a questão à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Centro e à Direcção Geral de Administração Local a fim de serem esclarecidas as dúvidas. -----

**Deliberação sobre propostas de abertura de procedimentos concursais comuns, para ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, para o ano de dois mil e onze e não ocupados. -----**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Foram presentes pelo Presidente da Câmara Municipal as propostas de abertura de procedimentos concursais comuns, para ocupação de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, para o ano de dois mil e onze e não ocupados, que a seguir se transcrevem: -----

### **“I. Enquadramento Legal**

1. Nos termos do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03-09, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho é precedido de aprovação do órgão executivo, sendo obrigatória a menção no procedimento do recrutamento, o sentido e a data da deliberação.

2. De acordo com o artigo 10.º, da Lei n.º 12-A/2010, de 30-06 não se pode proceder à abertura de procedimentos concursais com vista a qualquer tipo de relação jurídica de emprego público destinados a quem não possua relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Excepcionalmente, em situações devidamente fundamentadas o órgão executivo, sob proposta do presidente da câmara, pode ser concedida autorização, se forem verificados os seguintes requisitos<sup>1</sup>:

- a) *Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência de recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como da evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra.*
- b) *Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por recurso a pessoal portador de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou situações de mobilidade especial ou outras mobilidades.*

II. Nestes termos, considero vantajoso que, em simultâneo, se submetam estas duas propostas para decisão do órgão executivo, em vez serem presentes em reuniões separadas, pois assim todo o processo fica desde logo decidido. Isto fará com que, aquando da abertura dos procedimentos concursais, seja mencionado fundamentadamente, como a lei o exige, que em caso de não preenchimento dos postos de trabalho por trabalhadores com relação jurídica por tempo indeterminado ou em situação de mobilidade, recorre-se ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou sem relação jurídica estabelecida. Com esta possibilidade são agilizados os processos e há uma poupança de recursos, quer humanos quer materiais.

Pelo exposto **proponho**, relativamente aos assuntos acima indicados, o seguinte:

**1. Procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação dos seguintes postos de trabalho:**

---

<sup>1</sup> Artigo 43.º, n.º 8 da Lei 55-A/2010, 31-12 (OE 2011) e Artigo 10.º Lei 12-A/2010 30-06.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### **Referência A**

*Carreira e categoria:* 2 Assistentes Operacionais.

*Atribuição / Actividade:* Auxiliar Administrativo.

*Nível Habilitacional:* Escolaridade obrigatória (de acordo com a idade).

*Serviços a que se destinam:* Serviços Gerais da Divisão de Administração Geral e Apoio Administrativo da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo.

*Remuneração:* Nos termos do artigo 55.º, da Lei n.º 12-A/2008 de 27-02, a determinação do posicionamento remuneratório, respeitando as regras do artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010 de 31-12.

### **Referência B**

*Carreira e categoria:* 2 Assistentes Operacionais.

*Atribuição / Actividade:* Calceteiro.

*Nível Habilitacional:* Escolaridade obrigatória (de acordo com a idade).

*Serviço a que se destina:* Obras e Serviços Municipais da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo.

*Remuneração:* Nos termos do artigo 55.º, da Lei n.º 12-A/2008 de 27-02, a determinação do posicionamento remuneratório, respeitando as regras do artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010 de 31-12.

### **Referência C**

*Carreira e categoria:* 1 Assistente Operacional.

*Atribuição / Actividade:* Jardineiro.

*Nível Habilitacional:* Escolaridade obrigatória (de acordo com a idade).

*Serviço a que se destina:* Obras e Serviços Municipais da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo.

*Remuneração:* Nos termos do artigo 55.º, da Lei n.º 12-A/2008 de 27-02, a determinação do posicionamento remuneratório, respeitando as regras do artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010 de 31-12.

### **Referência D**

*Carreira e categoria:* 2 Assistentes Operacionais.

*Atribuição / Actividade:* Cantoneiro de limpeza.

*Nível Habilitacional:* Escolaridade obrigatória (de acordo com a idade).

*Serviço a que se destina:* Obras e Serviços Municipais da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Remuneração:* Nos termos do artigo 55.º, da Lei n.º 12-A/2008 de 27-02, a determinação do posicionamento remuneratório, respeitando as regras do artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010 de 31-12.

### **2. Procedimento concursal comum para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado, para ocupação dos seguintes postos de trabalho:**

*Carreira e categoria:* 2 Assistentes Operacionais.

*Atribuição / Actividade:* Nadador-Salvador.

*Nível Habilitacional:* Escolaridade obrigatória (de acordo com a idade) e certificação de nadador-salvador válida.

*Serviço a que se destina:* Gestão de Equipamentos Desportivos e Acção Desportiva da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo.

*Remuneração:* Nos termos do artigo 55.º, da Lei n.º 12-A/2008 de 27-02, a determinação do posicionamento remuneratório, respeitando as regras do artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010 de 31-12.

### **3. Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência de recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como da evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra.**

As atribuições são os fins ou interesses públicos que o município deve prosseguir e para conseguir realizar tais finalidades precisa de meios.

Os procedimentos concursais apresentados na presente proposta (referências A a C) pretendem suprir necessidades permanentes de recursos humanos para concretização das atribuições que lhe foram conferidas, nomeadamente na gestão do equipamento rural e urbano nos domínios dos espaços verdes, da conservação das ruas, arruamentos, valetas, bermas e caminhos, na gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados e, ainda, no apoio à actividade administrativa que pretende prestar um serviço com qualidade, eficiência e eficácia ao munícipe.

A necessidade temporária de recrutamento de dois assistentes operacionais para as funções de nadadores-salvadores prende-se com o facto de sazonalmente (época estival) serem abertas as duas piscinas municipais que são utilizadas pela população para ocupação dos seus tempos livres e actividade desportiva, que só durante esta época é que podem usufruir.

No que concerne à carência de recursos humanos verifica-se que, desde o ano de 2009, tem havido um decréscimo do número de trabalhadores da Câmara Municipal de Manteiga, principalmente, de assistentes operacionais que prestavam serviço nas Obras e Serviços Municipais e de pessoal administrativo, como se pode observar pelo seguinte quadro:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Trabalhador	Data da saída	Carreira / Categoria	Serviço
Maria da Graça Pereira Dias Saraiva	01-03-2009	Assistente Operacional	Serviços Gerais
Elisabete Conceição Cardoso Martins	01-04-2009	Assistente Técnico Administrativo -	Apoio Administrativo
António Silva Nunes	01-05-2009	Assistente Operacional Calceteiro -	Obras e Serviço Municipais
Vítor Manuel Serra Neves	28-05-2009	Assistente Operacional	Apoio Administrativo
João Miguel Serra Abrantes	27-10-2009	Assistente Operacional Electricista -	Obras e Serviço Municipais
José António Saraiva Duarte	08-09-2010	Assistente Operacional Trolha -	Obras e Serviço Municipais
João José Lopes Andrade	22-12-2010	Assistente Operacional Coveiro -	Obras e Serviço Municipais
José Neves de Almeida	01-01-2011	Assistente Operacional Calceteiro -	Obras e Serviço Municipais

#### **4. Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por recurso a pessoal portador de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou situações de mobilidade especial ou outras mobilidades.**

A ocupação dos postos de trabalho é sempre efectuada com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado e é iniciado sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou situações de mobilidade especial ou outras mobilidades.

Dos procedimentos concursais abertos na Câmara Municipal de Manteigas, desde o ano de 2009, não têm existido candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado nem em situação de mobilidade especial, pelo que têm sido ocupados por concorrentes sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

Considerando o exposto, **proponho** que, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou em mobilidade especial, seja concedida autorização do órgão executivo para ocupação dos postos de trabalho por concorrentes sem relação jurídica previamente estabelecida.”-----

-----O Senhor Presidente informou que desde há muito tempo, a Câmara tem vindo a reduzir o seu pessoal e para além da relação apresentada, já há mais dois funcionários, um dos quais já está aposentado e outro que já requereu a reforma e aguarda certamente despacho favorável. --- Prosseguiu propondo a abertura de procedimentos concursais, de acordo com a informação dos Recursos Humanos. A proposta está de acordo com o Mapa de Pessoal para dois mil e onze. Os lugares que neste momento não têm provimento são em maior número, todavia os que são apresentados na informação, são entendidos como necessários. Os administrativos foram-se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reduzindo ao longo do tempo e a Senhora Chefe da Divisão deu nota da necessidade de contratação de auxiliares para desempenhar as tarefas existentes na Câmara. Na área da limpeza, os funcionários que andam no camião do lixo são de número muito reduzido neste momento, e ao nível dos cantoneiros de limpeza, actualmente, existem operacionais destinados a fazer obras que estão a fazer limpezas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que provavelmente o Senhor Presidente necessita do pessoal, porém, existem alguns casos que, se calhar, não precisavam de ser substituídos. Para o serviço de limpeza da Câmara Municipal foi contratada uma empresa, no que diz respeito à administrativa, Senhora Elisabete Cardoso Martins, foi informado de que não precisava de ser substituída; os Senhores António Silva Nunes e José António Duarte precisavam de ser substituídos; o electricista Senhor João Miguel é substituído de outra forma; o Coveiro já foi substituído em concurso anterior; o Senhor Vítor Neves já não está presente e tinha problemas graves de saúde e o Senhor José Neves Almeida permanecia de baixa, também, devido a problemas de saúde, o que significa que destes oito, só há plena justificação para três. -----

Prosseguiu dizendo que, em reunião anterior já tinha solicitado essa informação, questão que volta a colocar: tendo em conta o limite de despesas com pessoal, quais são as implicações nas despesas com o pessoal destas contratações. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que, na altura em que o mapa foi aprovado, trazia as implicações e os montantes todos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que há gente que foi para a reforma e quando vier a ordem da Caixa Geral de Aposentações, vão ter de se deduzir os vencimentos. Entretanto já se contrataram, ou vão-se contratar oito estagiários e ele pensa que é importante haver sempre uma conta corrente com essas despesas de pessoal. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que as despesas com o pessoal estão controladas, e as contratações são absolutamente necessárias. Os serviços, muito embora tenha resistido devido a acarretar despesas, fizeram-lhe sentir a necessidade de contratação do pessoal. A Câmara não pode desenvolver as suas actividades, nem pode ser célere no desenvolvimento dos processos dos munícipes sem os recursos humanos necessários. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso entende que é necessário evidenciar que com estas despesas, se cumprem as regras do limite das despesas com o pessoal, do aumento em relação ao ano anterior. -----

----- O Senhor Presidente referiu que o mapa de pessoal foi aprovado com a indexação de todos os valores inerentes a esse mapa de pessoal. O mesmo tem mais lugares que não têm



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

provimento neste momento, do que os lugares que se estão a pôr a concurso. Essa informação pode-se dar a qualquer momento. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu que um auditor pode pegar no documento e perguntar onde é que está a evidência de que as despesas com o pessoal não vão ser ultrapassadas. -----

-----O Senhor Presidente clarificou que há evidência no documento e existe a certeza que não vão ser ultrapassadas as despesas com o pessoal. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que em função do quadro não, é de excluir que haja admissões novas mas não sabe se é esse o limite que está proposto pela lei quanto a novas admissões na função pública. Está de acordo com o que foi dito relativamente a três ou quatro elementos a substituir que estão expressos no documento: falta um jardineiro, calceteiros e nadadores-salvadores. Quanto ao lugar do Senhor Vítor Neves não se pode considerar que esteja vazio e a Senhora Maria da Graça Dias foi substituída de outra maneira. Quanto aos demais pensa que, se vão sair dois elementos, um deles, do transporte de resíduos, terá que se encontrar uma solução para este efeito, todavia considera que não são casos que estejam contidos no documento que lhes foi presente. Em consequência deixa expressa a seguinte questão: as restrições do Estado relativamente às admissões não se aplicarão directamente às Câmara Municipais? Acredita que sim, que se aplicam. -----

-----O Senhor Presidente referiu que não se aplica. Foi solicitado, inclusive, à Técnica dos Recursos Humanos que analisasse a legislação em relação a essa matéria. O documento que lhes foi presente, tem por objectivo a definição de Câmara sobre qual o tipo de contratualização, porque o mapa foi aprovado num determinado momento. O que é obrigatório, neste momento, é que não pode haver contratualização sem vir ao Órgão Executivo a fim de definir qual é o tipo de vínculo que os funcionários terão com a entidade patronal. É isto que está vertido na nova Lei do Orçamento de Estado. Aditou que, antes, estas situações nem sequer eram presentes às reuniões de Câmara. Era aprovado um mapa, e a contratualização era uma competência do Presidente da Câmara. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia acrescentou que, antes, também não existiam estas restrições. Actualmente, há uma Lei Geral do Estado que diz que: por cada duas saídas, há direito à entrada de um funcionário. Diz que não podem ser substituídos liminarmente os que saíam pelos que entram. É o que diz a lei e pensa que se aplica também às Câmaras Municipais. -----

Prosseguiu dizendo que a justificação ínsita no ponto três da informação diz quais foram os funcionários que saíram ao longo do tempo, porém, também deveria mencionar aqueles que entraram, ou senão está criada uma lacuna de informação. Maria da Graça Pereira Dias saiu,





## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mas deveria estar mencionado que foi substituída. Elisabete Martins teve licença sem vencimento, e foi dito que não era necessário substituí-la. Considera que não é o retrato exacto do que se passa. -----

----- O Senhor Presidente salientou que não se tratam de substituições. A justificação a ter em conta é a necessidade absoluta de pessoal. A informação comunica quais foram os funcionários que foram saindo ao longo do tempo, além do mais, no início do ano corrente, houve uma alteração ao organigrama da Câmara. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, sobre isso ter-se-ia que dizer que, o que está expresso no Mapa de Pessoal não é para preencher. Foi o que foi dito quando se fez a sua apreciação. Salientou que estão apresentados, como tendo saído no mandato anterior, cerca de cinco funcionários, que não foram substituídos e agora estão a sê-lo passados alguns anos. Aditou que sabe que a Câmara não está a decidir sobre esta matéria de admissões, mas está a deliberar sobre a abertura do concurso e condições da mesma. -----

Prosseguiu dizendo que, sobre a forma de abertura de concurso, pensa que o proposto está correcto e que se abra referindo desde já, a dupla circunstância de haver, ou não, concorrentes com vínculo, ou sem vínculo. No entanto, parece-lhe que a sustentação para justificar as admissões vai cair em períodos pretéritos, ou seja, cinco elementos que já não estão na Câmara, há dois anos, cujos lugares vão ser preenchidos agora. Indagou sobre o porquê sê-lo agora, quando se está em restrições orçamentais. Deixa um alerta para o facto, todavia a gestão é do Senhor Presidente, reconhece. -----

----- O Senhor Presidente salientou que se reconhece que é absolutamente necessário. A primeira informação já tem muitos meses em relação à necessidade de inclusão de mais pessoas nalguns sectores que se verificam ser absolutamente necessários. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia proferiu que o Senhor Presidente solicitou autorização para abrir concurso nos termos apresentados na informação dos Serviços e para tal, não se opõe. Coisa diferente são as admissões. Nesse sentido, perguntou se o Senhor Presidente justifica as admissões de pessoal com as saídas havidas, há anos atrás de 2011 tendo em conta a Lei Geral do Estado que impõe restrições de admissão de pessoal da administração pública. -----

No que diz respeito à forma de abertura de concurso, e foi sobre esta matéria que foi avocado para se pronunciar, concorda. Para se evitarem duas etapas de concurso: uma primeira para candidatos com vínculo e uma segunda depois para candidatos sem vínculo e que seja feito nos termos propostos. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A sua declaração de voto constituiu-se no que referiu: Nada tem a opor quanto à forma proposta para a abertura dos concursos; Não acha justificável e admite que seja ilegal admitir novos funcionários para preencher lugares que vagaram há um ano e mais -----

Concluiu em termos de opinião pessoal, dizendo que há saídas do quadro, de há dois anos a esta parte que agora estão a ser avocados para serem admitidos, o que considera um exagero, visto que não há mais material para trabalhar agora do que havia há dois anos atrás.-----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada dos procedimentos concursais. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### **Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de licenciamento de publicidade, formulado pelo Clube de Caça e Pesca de Manteigas. -----**

-----Foi presente o requerimento, datado de dez de Março de dois mil e onze, referente ao pedido de isenção de taxas de licenciamento de publicidade, formulado pelo Clube de Caça e Pesca de Manteigas. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento de taxas do licenciamento de publicidade, formulado pelo Clube de Caça e Pesca de Manteigas, nos termos do nº 2, do artigo 7º do Regulamento de Taxas. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### **Deliberação sobre o pedido de apoio para o desenvolvimento de uma visita de estudo, formulado pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas – 160258.-----**

-----Foi presente o pedido de apoio para o desenvolvimento de uma visita de estudo, formulado pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas – 160258. -----

-----O Senhor Vice-Presidente propôs que seja atribuída uma verba de quinhentos euros. Referiu que o custo da viagem é mais elevado, todavia espera que os alunos, e não só, tenham imaginação para conseguirem o resto da verba, para concretização dessa viagem de estudo. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considerou a verba proposta reduzida, o que inviabiliza a visita de estudo. Pensa que o pedido poderá ter que ser readaptado a uma visita diferente. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entendeu que o pedido não pode ser feito nos termos apresentados, isto é, sem ser a própria Escola. -----

De seguida, procedeu à leitura do ofício remetido e assinado por duas directoras de turma. Não lhe parece que esteja em conformidade. Pensa que a escola deve apresentar um plano de visitas, devidamente programado em que sejam acordados previamente os financiamentos à Escola. Considera que é a escola que tem de efectuar o pedido e depois distribui a verba pelas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

turmas. O pedido deverá ser revisto e é a Escola que efectuará um pedido de apoio financeiro à Câmara Municipal.-----

No que se refere ao montante a atribuir, é de opinião de que é baixo, embora seja de opinião de que só se dá o que se tem capacidade para dar.-----

----- O Senhor Presidente solicitou que o Senhor Vice-Presidente contacte o Senhor Director do Agrupamento de Escolas a fim de estudar o assunto.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aditou que o Colégio também deve ser considerado.-----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que o Senhor Vice-Presidente contacte o Senhor Director do Agrupamento de Escolas e o Colégio de Nossa Senhora de Fátima a fim de estudar o assunto, reformular o pedido, para ser presente em nova reunião de Câmara.-----

### **Deliberação sobre o pedido de apoio, solicitado pelo Clube de Voo Livre Vertical, para a organização do *Open* Nórdico de 2011.**-----

----- Foi presente o ofício remetido pelo Clube de Voo Livre Vertical, referente ao pedido de apoio, solicitado para a organização do *Open* Nórdico de 2011.-----

----- O Senhor Presidente expôs que, no que se refere ao pedido em apreço, existe a possibilidade de fazer candidaturas para apoio a esta actividade, nomeadamente ao PRODER, através da ADRUSE, assim como se aproveitarão todas as possibilidades e oportunidades no sentido de auto financiar a Câmara Municipal para a realização deste tipo de eventos.-----

Prosseguiu dizendo que o Clube de Voo Livre Vertical apresenta um orçamento, para realização do evento, no valor de quarenta e cinco mil e sessenta euros, e um pedido de apoio financeiro no valor de vinte e nove mil euros. O evento decorrerá entre vinte cinco e trinta de Junho, apontando para uma margem de participação de cento e cinquenta pessoas até cento e oitenta pessoas.-----

De seguida, propôs que se participe com vinte mil euros.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia considera que o valor é demasiado tendo em conta as verbas que estão indicadas para a divulgação, publicidade e promoção comparativamente a outras rubricas. Parece-lhe que a Câmara Municipal deve circunscrever a sua intervenção ao pagamento de um jantar de encerramento, à disponibilização de viaturas, na medida da sua possibilidade e ao apoio a publicidade que seja qualificada.-----

São as áreas que considera que a Câmara deve intervir. Quanto ao demais a organização deve ser auto-suficiente.-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a publicidade descrita no orçamento é para ser feita em revistas internacionais.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia manifestou a sua surpresa tendo em conta os valores apresentados que são muito baixos. -----

-----O Senhor Presidente salientou que sem a concessão de uma comparticipação não haveria condições para a realização do *Open* Nórdico de parapente e, não sendo feita em Manteigas, será feita na Península Ibérica em “La Pedrita” que é um outro local onde decorrem actividades deste tipo. -----

Prosseguiu dizendo que compulsou alguma informação relativamente a outro evento de parapente desenvolvido em Manteigas, em que não esteve presente, e percebeu que, a Câmara Municipal gastou cento e dezasseis mil, cento e quarenta e um euros, com um orçamento total de duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta euros, em cinco dias de parapente, e não excedeu os cento e cinquenta participantes. -----

Continuou dizendo que a Câmara Municipal se esforçou muito para que o *Open* Nórdico fosse realizado no Concelho e fosse reduzido o apoio que deveria conceder. -----

Há actividades têm de ser desenvolvidas por pessoas especializadas, mesmo ao nível das telecomunicações, ao nível das programações, mas acima de tudo das comunicações e também da publicidade e esta está muito direccionada. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que no que respeita ao evento de parapente referido pelo Senhor Presidente existem explicações para o descrito.-----

No que diz respeito ao *Open* Nórdico, considera que a publicidade tem pouco relevo em termos de valor.-----

-----O Senhor Presidente salientou que a Câmara Municipal se propõe investir no sentido de divulgar o Concelho e que, durante cinco dias, permaneçam visitantes e, publicitar o Concelho no que diz respeito à prática do parapente.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia esclareceu que achava a verba demasiada, atendendo à forma como estão distribuídos os valores pelas rubricas seria razoável se os valores da publicidade fossem bem superiores aos que estão orçamentados. -----

Prosseguiu expondo que relativamente à história pretérita, a última manga da Taça do Mundo de Parapente que se executou em Manteigas partiu de determinado tipo de pressupostos, com financiamentos e com empresas mobilizadoras para este efeito. Depois houve alguma confusão. Havia uma “barriga de aluguer” que era a RTSE – Região de Turismo da Serra da Estrela o que ajudou a criar algumas confusões. É de referir que a Câmara respeitou todos os compromissos. -

Continuou dizendo que, supondo que o parapente é uma modalidade que tem de ser incentivada e apoiada, não vai pôr em causa esta situação até prova e demonstração em contrário, todavia, só quer que, a grande fatia dos vinte mil euros a conceder pela Câmara seja aplicada na divulgação, publicidade e promoção do Concelho.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal vai estar muito atenta à divulgação, porque é a questão que mais lhe interessa. -----

Prosseguiu dizendo que a qualidade da prova caberá aos praticantes de parapente. À Câmara importa a divulgação do Concelho através destas actividades. -----

Aditou que no que toca ao evento anterior, a Manga da Taça do Mundo de Parapente, a Geração Sem Limites participou a Câmara Municipal em cinquenta e nove mil, cento e trinta euros (€59.130,00), mas recebeu da Câmara duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e vinte e dois euros (€236.522,00), a Câmara pagou à RTSE cento e setenta e cinco mil euros (€175.000,00) e recebeu sessenta e um mil euros (€61.000,00), ou seja, mais cento e setenta e cinco mil euros (€175.000,00), foi uma transacção vantajosa. O total de pagamentos foi de quatrocentos e onze mil, quinhentos e vinte e dois euros (€411.522,00) e o total de recebimento foi de duzentos e noventa e cinco mil euros (€295.000,00). Ou seja, a Câmara Municipal acabou por suportar sozinha, cento e dezasseis mil, cento e quarenta e um euros (€116.141,00). Do seu ponto de vista este orçamento foi caro. Ele questionou, inclusive, sobre como é que a Manga da Taça do Mundo de Parapente custou tanto dinheiro e foi-lhe respondido que foi a Geração Sem Limites que fez o controlo do evento. -----

Para o *Open* Nórdico também considera o orçamento caro e, além do mais, o dinheiro não exubera, todavia, pretende-se uma actividade que dignifique o Concelho. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia frisou que se se mobilizam vinte mil euros (€20.000,00) é porque se entende que a modalidade pode ser atractiva para o Concelho de Manteigas. Esta vai ser a segunda manifestação deste tipo e depois à terceira logo se verá o que acontece. -----

----- O Senhor Presidente salientou que vai acompanhar tudo de perto durante o decurso das actividades e será feita, depois, uma análise ao que sucedeu, a fim de se perceber quais são as vantagens destas realizações. Se não houver vantagens, não vale a pena persistir num erro. -----

Decorrente das actividades de parapente, há um conjunto de casas em Sameiro que estão completamente lotadas, em determinadas épocas do ano, pelos praticantes da modalidade. Neste momento, estão ocupadas até ao final do Verão. -----

Prosseguiu dizendo que há factos e informação que estão dispersos, que é necessário compilar a fim de se entender exactamente o que é que está a acontecer no Concelho. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que se pode tirar alguma conclusão dessa ocupação das casas do Sameiro e pensa que é positiva a existência desse tipo de informações. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considera que a iniciativa do parapente que houve há alguns anos atrás, não pode servir de exemplo nem de ponto de partida para



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

outras experiências. Com a experiência que teve com essa organização, ficou céptico em relação a este tipo de iniciativas. Desconhece se foi por dificuldades organizativas, mas houve uma série de despesas que foram pagas à Câmara, que não constam das contas. Houve umas trocas com um convívio com os universitários da Universidade da Beira Interior, que a Geração Sem Limites pagou, sendo que a Câmara não pagou essas animações. -----

Aditou que este evento custa tanto como cinco ou seis provas de BTT. Portanto, se se conseguir com a iniciativa, uma divulgação nacional e internacional das capacidades do Concelho de Manteigas, não só para o parapente, mas com a amplitude toda do desporto de aventura é um bom investimento. -----

Concluiu dizendo que de acordo com a experiência que teve anteriormente, não queria mais parapente aos níveis da realização da Taça do Mundo. O facto de ter havido um incêndio prejudicou tudo no dia em que o evento deveria começar. Houve mangas que não se realizaram e coberturas televisivas que não foram feitas por causa disso. O evento correu mal do princípio ao fim, não há nenhuma relação entre o retorno e o investimento que foi feito. Por conseguinte, aconselhou a que se monitorize bem o investimento. -----

Pensa que se deve arriscar para depois se retirarem conclusões. -----

-----O Senhor Presidente acredita que, quem vai realizar este evento, já tem experiência neste tipo de organizações. Crê que a realização anterior não estava envolvida por uma ancoragem como esta vai estar, nomeadamente através de uma empresa que não estaria muito vocacionada para este tipo de actividades. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso retorquiu que muitas das pessoas envolvidas na organização eram as mesmas que vão estar neste evento. -----

-----O Senhor Presidente referiu que sabe qual foi a relação, que acabou por “azedar”, do Clube de Voo Livre Vertical com a Geração Sem Limites. Recorda-se das questões que foram presentes à reunião de Câmara, nomeadamente a candidatura do Turismo Serra da Estrela. -----

Prosseguiu dizendo que toda a informação em relação ao Concelho, no que diz respeito a todas as actividades de desporto ao ar livre, de desporto de natureza que se podem desenvolver, o conhecimento e todas as características, são questões que foram debatidas com o Clube de Voo Livre Vertical. A informação do Concelho vai junto à informação das actividades do parapente. Essa é, também, a preocupação da Câmara, mas acima de tudo, deve-se fazer um balanço do sucedido e a análise dos resultados e dos proveitos para o Concelho. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia frisou que relativamente a essa questão, a Câmara Municipal andou três anos para arranjar os documentos de despesas. -----

Rematou dizendo que é positivo que se faça uma candidatura. Há uma componente nacional que considera muito boa, e já se pode fazer na mesma candidatura, para além desta, a Taça do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Mundo. Isto é, fazer já o projecto com as duas, porque existe uma boa entrada de vinte mil euros. -----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio no valor de vinte mil euros (€20.000,00) para a organização do *Open* Nórdico de dois mil e onze.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **Ratificação dos actos praticados constantes na informação nº 24/2011/APROV, datada de dezasseis de Março de dois mil e onze, referente aquisição de serviços – requisições. -----**

----- Foi presente a informação nº 24/2011/APROV, datada de dezasseis de Março de dois mil e onze, referente às aquisições de serviços, de acordo com o deliberado em reunião ordinária, de nove de Fevereiro do corrente ano. -----

----- O Senhor Presidente expos que a Câmara já tem uma informação que diz que o assunto ainda está em estudo, não há ainda regulamentação da lei, mas há uma série de questões colocadas à DGAL e à CCDRC que têm resposta por parte destas entidades. Por exemplo, se as Câmaras Municipais podem, ou não, deliberar sobre o montante máximo para realização da despesa deste ano. Se podem sancionar? Podem. Prosseguiu dizendo que a informação não está agendada para esta reunião, porém será presente em reunião futura. Até lá, e enquanto não fôr regulamentado, os actos virão às reuniões de Câmara, tal como os Senhores Vereadores propuseram e foi deliberado. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou que lhe fosse fornecida informação sobre as bolsas de estudo (o número de bolsas concedidas, em que ano, montantes e a que níveis e que tipo de licenciaturas atingiram, para que finalidade), o número de apoios à natalidade, o número de apoios à radicação de casais, à nupcialidade, sobre o número de postos de trabalho já criados por ano (os empresários e as actividades a que se destinaram e quais foram as empresas que foram apoiadas), quais foram as empresas apoiadas, quais foram as actividades que as restringiram. -----

Prosseguiu dizendo que, no ano transacto, a Câmara Municipal de acordo com os dados de que dispõe fez um apoio social para tratamentos de resíduos, efluentes e águas, no valor de setecentos e oito mil euros. Parece-lhe que se deveria ter isso em presença, na conta de gerência e orçamentos. -----

Concluiu dizendo que lhe parece que a Câmara Municipal já tem um bom volume de apoios sociais com uma dimensão enorme, que não são dados a conhecer publicamente. -----

----- O Senhor Presidente conformou que fará chegar as informações solicitadas aos Senhores Vereadores. Aditou que a Câmara Municipal também está atenta a esses processos de subsídios e verifica se estão a ser cumpridos, à semelhança das habitações sociais. Está-se a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

redobrar a atenção a fim de que a Câmara seja a mais justa possível na atribuição das habitações sociais, assim como com os subsídios. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que sistematizando essas informações será útil. A Câmara Municipal de Manteigas gastou em apoios sociais aos munícipes, setecentos e oito mil euros, com água, saneamento e lixo, sendo que só o saneamento deu um prejuízo de quinhentos mil euros. Portanto, é conveniente que se saiba e se registre e divulgue para que haja noção do que se está a falar, quando se fala de despesas da Câmara e dos custos dos serviços. -----

-----O Senhor Presidente comunicou que, no que diz respeito à factura do saneamento, a Câmara Municipal tem vindo a reduzi-la após as intervenções efectuadas na rede. Foi feita uma intervenção, há pouco tempo, utilizando uma tecnologia recente, de filmagem das condutas, que permitiu à Câmara Municipal perceber exactamente o que está a acontecer no colector junto ao Ribeiro da Vila e junto à mini-hídrica, sendo que possibilitou compreender onde está a maior parte das anomalias. Por conseguinte, colocar-se-á um tubo estanque para reduzir ainda mais a factura do saneamento, uma vez que ainda não existe resposta por parte da Águas do Zêzere e Côa, S.A., no que diz respeito ao limite máximo de facturação do efluente em relação à água consumida. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia lembrou que no Ribeiro de Sameiro, se deve passar a mesma coisa. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar as aquisições de serviços. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### **Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências. -----**

-----Foi presente a relação número seis, barra dois mil e onze dos actos praticados por delegação do Senhor Presidente. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia manifestou a sua satisfação com o licenciamento da construção da fábrica de enchidos. -----

-----O Senhor Presidente informou que vão haver duas fábricas de enchidos. Este processo referenciado na relação, para que não se percam os produtos de Manteigas, prevê a criação de três postos de trabalho. -----

Prosseguiu dizendo que, teve uma reunião com um produtor de queijo e de salsicharia de Manteigas, que teve um stand na Expo Estrela, e que foi desafiado pelo Executivo, dada a qualidade dos seus produtos, a produzir em maior quantidade. Perante a resposta desse produtor, de que não tinha condições, visto que a lei obriga a uma série de alterações, sobretudo higieno-sanitárias, mas também em termos de instalações, ele, Presidente da Câmara,





## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disponibilizou o Gabinete de Planeamento de Gestão de Investimentos da Câmara para pesquisar uma candidatura para esse tipo de empreendimento. Também pediu à jurista da Câmara Municipal para compilar a legislação que rege estas matérias, no sentido de se informar o produtor e de se ultrapassarem algumas questões legais.-----

Entende que o grande problema dos interessados são os procedimentos/aborrecimentos que estas coisas trazem a quem não está habituado a lidar com projectos.-----

O produtor em questão, indagou sobre a possibilidade de atribuição de “denominação de origem protegida”, todavia isso é outra coisa. Foram alertados para a possibilidade de denominarem o queijo, porém, no que diz respeito aos enchidos, não existe ainda nenhuma marca “denominação de origem protegida Enchidos Serra da Estrela”, existem etiquetas a dizer, “produzido na Serra da Estrela”.-----

Ficou a certeza de que as pessoas estão receptivas e com bastante dinâmica no sentido do desenvolvimento/criação de uma salsicharia para não se perderem os sabores e, acima de tudo, para haver algum provimento económico por parte destas famílias.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considera estas iniciativas muito importantes. Quando foi abordado por algumas pessoas, ficou apreensivo em relação a uma matéria que lhe parece pertinente, o controlo do circuito de produção. Para se confeccionarem enchidos à moda de Manteigas, não se pode comprar o porco no matadouro. É necessário saber qual foi a alimentação do animal para poder conceber um bom produto. Pensa que estas matérias não estão a ser devidamente acauteladas. Entende que alguém deve advertir as pessoas de que vão fazer um esforço grande de investimento e podem não ter um produto final consentâneo.-----

-----O Senhor Presidente frisou que já estão a produzir o produto, certamente com carnes compradas. Todavia querem produzir numa escala maior.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que assim nunca mais conseguem a denominação de origem.-----

-----O Senhor Presidente informou que na área dos enchidos ainda não existe na Serra da Estrela. Prosseguiu dizendo que, no dia quatro de Março, desafiou o Senhor Secretário de Estado e toda a estrutura do Ministério da Agricultura que reuniu na Câmara Municipal, no sentido de se criar no Concelho de Manteigas uma denominação de origem protegida para o cabrito Serra da Estrela, porque vai haver em Manteigas um projecto interessantíssimo na área da produção do cabrito e do queijo de cabra. Considera que seria bom conseguir-se um processo deste tipo. É um processo da região, não é um processo apenas de um produtor.-----

**Finanças Municipais.**-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e nove euros e cinquenta e três cêntimos (€ 234.709,53).-----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e trinta minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim

Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho,

Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

---

---

---

---

---

